O espaço público, a democracia e a participação na era da reprodutibilidade técnica[1]

Rodrigo Alberto Toledo[2]
Centro Universitário Central Paulista – UNICEP – São Carlos – SP

Resumo

As participações podem assumir matizes diferenciadas a participação dirigida e a participação discutida. Esses dois extremos pode assumir qualitativamente,os conteúdos de um simples processo de informação e, intermediariamente um processo consultivo.Os níveis de variação e intensidade participativos dos processos decisórios tendem a se alterar conforme os arranjos institucionais, cultura e interesses em foco. O enfoque deste texto reside no processo participativo na formulação e implementação de políticas sustentáveis. Nosso esforço é tentar estabelecer um diálogo com as teorias de sociedade de massa e de sociedade do espetáculo com objetivo de elucidar algumas questões sobre o espaço público e participação política. Palavras-chave: democracia, participação, desenvolvimento sustentável e reprodutibilidade técnica.

Introdução

O processo participativo na formulação de políticas públicas e de estudos estratégicos como a Agenda 21 Local falta evidenciar se estes constituem-se em verdadeiros fóruns onde as decisões são diretamente compartilhadas, e se existe realmente o que chamamos de *partilha do poder*. Nesse momento faremos um diálogo entre as teorias democráticas hegemônicas e não hegemônicas que apontam para um processo em que o conceito de democracia abre-se para a sua vertente participativa. Ao mesmo tempo em que a teoria democrática se reformula, pois molda-se às condições do presente século XXI, institucionaliza a participação provocando um fenômeno de esvaziamento da população em fóruns que antes estabeleciam canais de comunicação

---

[1] Trabalho apresentado à Sessão de Temas Livres.

[2] Professor do Centro Universitário Central Paulista das disciplinas de Sociologia da Comunicação, Filosofia Aplicada à Administração e Fundamentos da Filosofia. Mestrando em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP – Araraquara – SP e Especialista em Gestão Pública e Gerência de Cidades.

com a sociedade civil. Será esse um dado que evidencia a era da *reprodutibilidade técnica?* Ou seja, o fato da História ser uma invenção social utilizada para construir interpretações e legitimar fatos cientificamente comprovados, ao final do século XX se converteu num discurso passível da reprodutibilidade técnica. Emprestamos o termo "reprodutibilidade técnica" de Walter Benjamin, que tratou dela em relação à obra de arte, num ensaio de 1936[3].

Teorias democráticas e participativas

Todo esse processo de reformulação na elaboração e implementação de políticas púbicas está dentro do contexto neoliberal que engloba processos econômicos, sociais, políticos e culturais das sociedades nacionais. Contudo, esse processo não é único. Desse processo emerge redes de alianças transfonteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que em diferentes locais do globo estão se mobilizando para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente e da biodiversidade, o desemprego, as violações dos direitos humanos, as pandemias, os ódios interétnicos produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal.

É justamente nesse contexto que se insere o debate sobre democracia. A concepção de democracia da primeira metade do século XX foi marcada pelo enfrentamento entre duas idealizações de mundo e sua relação com o processo de modernização do Ocidente. A primeira, batizada de liberal-democrata por C. B. MacPherson (1966) e a segunda marxista que entendia a autodeterminação do mundo do trabalho como fundamental ao processo de exercício da soberania por parte dos cidãos-produtores. Como fruto desse enfrentamento na segunda metade do século XX surgiram concepções hegemônicas no interior da teoria democrática que tentam responder a três questões: a relação entre procedimento e forma; a do papel da burocracia na vida

[3] Fazemos referência a Walter Benajmin a partir do dexto de Maria Rita Kehl e Eugênio Bucci, *Videologias*. Neste texto a questão da construção de uma nova historicidade, a partir das tecnologias da informação, é analisada a partir de uma série de estudos feitos pelos autores. A obra de Benjamin, *A obra na era de sua reprodutibilidade técnica*, foi publicado no Brasil em algumas edições diferentes. Os autores utilizam a edição da Editora Brasiliense, de São Paulo, *Obras escolhidas*, em três volumes. O ensaio de referência está no volume 1 da coleção "Magia e técnica, arte e política", 7. ed., 1994.

democrática; e a da inevitabilidade da representação nas democracias de grande escala. Passemos para análise de cada uma dessas respostas.

A democracia como forma e não como substância foi a resposta dada pela teoria democrática hegemônica às criticas feitas pela teoria marxista de democracia. Para Hans Kelsen (1929) o ponto central era criticar a idéia de que a democracia poderia corresponder a um conjunto preciso de valores a uma forma de organização política. Kelsen formula essa questão em termos neo-kantianos na primeira metade do século XX:

> "(...) quem considera inacessíveis ao conhecimento humano a verdade absoluta e os valores absolutos deve considerar possível não apenas a própria opinião, mas também a opinião alheia. Por isso, o relativismo é a concepção do mundo suposta pela idéia de democracia (...) A democracia dá a cada convicção política a mesma possibilidade de exprimir-se e de buscar o ânimo dos homens através da livre concorrência. Por isso, o procedimento dialético adotado pela assembléia popular ou pelo parlamento na criação de normas, procedimentos esse que se desenvolve através de discursos e réplicas, foi oportunamente conhecido como democrático." (Kelsen, 1929:105-6).

Nessa formulação o procedimento de Kelsen é uma tentativa de articular relativismo moral com métodos para a solução de divergências, métodos que passam pelo parlamento, assim como por formas mais diretas de expressão (Kelsen, 1929:142). Esse procedimento elaborado por Kelsen será discutido durante o período entre guerras e no imediato pós-guerra por Joseph Schumpeter e Norberto Bobbio. Esses dois autores analisaram o procedimento procedimentalista da doutrina kelsiana de democracia em uma forma de elitismo democrático.

Ambos, Shumpeter e Bobbio, tomam como ponto de partida para a reflexão "o questinamento da idéia de uma soberania popular forte associada a um conteúdo de sociedade proposta pela doutrina marxista." (Santos, 2003:45). Shumpeter critica esse elemento ao construir no seu livro *Capitalismo, socialismo e democracia* um questionamento que coloca em xeque a capacidade do povo governar. Na concepção de Shumpeter não podemos pensar na soberania popular como um posicionamento racional pela população ou por cada indivíduo acerca de determinada questão. Portanto o elemento da democracia remete à soberania popular e não à forma. Nesse momento Shumpeter toma uma preocupação procedimental, com as regras para a tomada de decisão e a transforma em um método para constituição de governos. A questão da

participação é excluída desse processo não faz parte da argumentação procedimental e sim de uma teoria da sociedade de massas.

Nesse momento identificamos que a doutrina schumpeteriana de democracia adota integralmente o argumento da manipulação dos indivíduos nas sociedades de massa. Os indivíduos, para Shumpeter, cedem a impulsos irracinais e extra-racionais e agem de maneira quase infantil ao tomar decisões. Apesar de ser um argumento fragilizado, pois não diferencia grandes mobilizações de massas de formas de ação coletiva, foi amplamente utilizado pelas concepções hegemônicas da democracia.

Norberto Bobbio, avançando na transformação do procedimentalismo em regras para a formação de um governo democrático, entende a democracia como um conjunto de regras para a formação de maiorias, entre as quais valeria a pena destacar o peso igual dos votos e a ausência de distinções econômicas, sociais, religiosas e étnicas na formação do eleitorado. Portanto, essa via de afirmação da concepção hegemônica de democracia no pós-guerra é uma via que leva do pluralismo valorativo à redução do jogo democrático à identificação da democracia com as regras do processo eleitoral. No entanto em nenhum momento no itinerário que percorre Kelsen, Shumpeter e Bobbio porque o procedimentalismo não comporta formas ampliadas de democracia.

Outra discussão central na consolidação da concepção hegemônica de democracia foi a forma como a burocracia e sua indispensabilidade foi sendo trazida para o centro da teoria democrática. Esse debate está situado no período entre guerras e ao debate entre o liberalismo e a teoria marxista. Max Weber será o teórico que colocará no interior do debate democrático um questionamento sobre a inevitabiliade da perda de controle sobre o processo de decisão política e econômica pelos cidadãos e seu controle sobre as formas de configuração burocrática. O motivo central pelo qual a forma de democracia clássica participativa elabora por Rousseau não ter prevalecido reside, fundamentalmente, na emergência de formas complexas de administração estatal que levaram à consolidação de burocracias especializadas na maior parte das esferas geridas pelo Estado na modernidade. A burocracia está ligada ao surgimento e desenvolvimento do Estado moderno que promoveu para Weber, “a separação do trabalhador dos meios materiais de produção, destruição, administração, pesquisa acadêmica e finanças em geral...” (Weber, 1978, II: 1394). Desta forma, a separação entre trabalhadores e meios de

produção constitui um fenômeno geral e abrangente que envolve não apenas os trabalhadores, mas também os militares, os pesquisadores científicos e todos os indivíduos comprometidos nas atividades complexas na esfera da economia e do Estado. Vale destacar que para Weber, no entanto, o fenômeno da complexidade criava tensões entre a soberania crescente, referindo-se ao controle dos governos pelos governados, e soberania decrescente, referindo-se ao controle dos governados pela burocracia. E é justamente nesse recorte teórico que percebemos o pessimismo de Weber ao identificar na burocracia uma emergência de uma "jaula de ferro" da administração engendrando ações emotivo-passionais estimulantes de novos poderes de caráter carismático.

Ao longo do século XX, mais precisamente na sua segunda metade, essa discussão sobre complexidade e inevitabilidade da burocracia foi-se fortalecendo na medida em que as funções do Estado foram crescento com a instituição do *welfare state* nos países europeus. O Estado cresceu em funções ligadas ao bem-estar social. Nesse sentido o pessimismo de Weber sofre uma mudança de pesrpectiva. Ou seja, a inevitabilidade do crescimento da burocracia foi mudando de tom assumindo uma conotação positiva.

Norberto Bobbio sintetizou a mudança de perspectiva em ralação à desconfiança weberiana com o aumento da capacidade de controle da burocracia. Bobbio construiu uma insterpretação que relaciona as transformações pelas quais as sociedades passam como fundamental para o surgimento de competências técnicas. Segundo Bobbio,

> "à medida que as sociedades passaram de uma econômica familar para uma economia de mercado, de uma economia de mercado para uma economia protegida, regulada e planificada, aumentaram os problemas políticos que requerem competências técnicas. Os problemas técnicos exigem, por sua vez, expertos, especialistas... Tecnocracia e democracia são antitéticas: se o protagonista da sociedade industrial é o especialista, impossível que venha a ser o cidadão comum." (Bobbio, 1986: 33-34).

Há nesse trecho uma clara radicalização com conceito weberiano de burocracia. Ou seja, Bobbio compreende que a partir do momento que o cidadão optou por fazer parte da sociedade de consumo de massa e do Estado de bem-estar social, está abrindo mão do controle sobre as atividades políticas e econômicas por ele exercidos em favor de burocracias privadas e públicas.

Há ainda um terceiro elemento que constitui a concepção hegemônica da democracia. Essa concepção afirma ser a representatividade a única solução possível

nas democracias de grande escala. Robert Dahl defende essa posição com maior ênfase afirmando que

> "(...) quanto menor for uma unidade democrática maior será o potencial para a participação cidadão e menor será a necessidade para os cidadãos de delegar as decisões do governo par aos seus representantes. Quanto maior foi a unidade, maior será a capacidade de lidar com problemas relevantes para os cidadãos e maior será a necessidade dos cidadoas de delegar decisões para os seus representantes." (Dahl, 1998:110)

O fundamento da representação pela teoria hegemônica de democracia é a autorização. Nesse sentido constituem-se dois pilares que sustentam a autorização: o primeiro diz respeito ao problema do consenso dos representantes, surge dentro da teoria democrática clássica, em contradição às formas de rodízio no processo de tomada de decisão característico às formas de democracia direta (Manin, 1997). No contexto dessa concepção, o exercício direto da gestão própria das antigas cidades-estado ou das repúblicas italianas estava envolto de falta de autorização. Essa autorização era substituída pela idéia do igual direito à ocupação dos cargos de decisão política. Quando surge a idéia de consenso no interior dos debates sobre uma teoria racional da política, o sorteio, a idéia de exercício direito deixa de fazer sentido e é substituído pelo consenso que se constitui enquanto um mecanismo racional de autorização.

Stuart Mill trará a segunda forma de justificação da questão da representação juntamente com à questão da capacidade das formas de representação de refletirem as opiniões no âmbito da sociedade. Para Mill a assembléia é uma miniatura do eleitorado e toda assembléia representativa é capaz de expressar as principais tendências do eleitorado. Esse enfoque levou à constituição de uma teoria hegemônica de democracia que privilegiasse o papel dos sistemas eleitorais na representação do eleitorado (Lipjart, 1984). No entanto a concepção hegemônica de democracia, ao contemplar o problema das tendências do eleitorado em escala ampliada, ignora suas três dimensões, a saber: a autorização, a identidade e a prestação de contas (recentemente introduzida no debate democrático). Se por um lado, como afirma Dahl, a autorização via representação possibilita o exercício da democracia em escala ampliada, por outro lado dificulta a prestação de contas e a representação de múltiplas identidades. Ou seja, a representação, pelo método da tomada de decisão pela maioria, não contempla as identidades minoritárias. Essas identidades não terão expressão no parlamento. No que

diz respeito à prestação de contas, ao diluí-la no processo de re-apresentação no interior de um bloco de questões, compromete a desagregação do processo de prestação de contas. É nesse momento que se desenha um terceiro limite da teoria democrática hegemônica: limitação em apresentar agendas e identidades específicas.

Desta forma, os marcos históricos "fim da guerra fria" e "aprofundamento do processo de globalização" reabre o debate entre democracia representativa e democracia participativa. Esse debate se aprofunda mais nos países em que a diversidade étnica é maior. Nesses países formaram-se grupos que têm maior dificuldade para ter os seus direitos básicos reconhecidos (Benhaibib, 1996; Young, 2000). Essa dificuldade se dá, em certa medida, pela questão da diversidade de interesses chocar-se com o particularismo de elites econômicas (Bóron, 1994).

Esse contexto abre uma reinterpretação da teoria democrática hegemônica denominada por Boaventura de Souza Santos (2003) de concepções não-hegemônicas da democracia. Será na segunda metade do século XX que surgirá uma concepção que reconhecerá que a democracia não constitui um mero acidente ou uma simples obra de arquitetura institucional. Essa percepção é formatada em resposta ao arcabouço teórico construído pela teoria democrática hegemônica que vincula procedimento com forma de vida e compreende a democracia como mecanismo de aperfeiçoamento da convivência humana (Santos, 2003). Essa concepção encontrada na obra de autores como Lefort (1986), Castoriadis (1986) e Habermas (1995), nos países do norte e Lechner (1988), Bóron (1994) e Nun (2000) a democracia assume uma gramática de organização da sociedade e da relação entre o Estado e a sociedade. As concepções não hegemônicas apresentam as mesmas preocupações que as hegemônicas. Ou seja, como reconhecer a pluralidade humana não apenas a partir da suspensão da idéia de bem comum, mas a partir dos critérios que: primeiro, enfatizam a criação de uma nova gramática social e cultural e, em segundo, a compreensão da inovação social articulada com a inovação institucional com a procura de uma nova institucionalidade da democracia (Santos, 2003).

Primeiramente é fundamental compreender que a democracia não é um acidente ou uma obra de engenharia institucional. Antes disso, é sim uma nova gramática histórica, ou seja, é uma forma sócio-histórica não determinada por quaisquer tipos de

leis naturais. Nessa concepção Castoriadis fornece elementos críticos à teoria de democracia hegemônica:

> "alguns pensam hoje que a democracia ou a investigação racional são auto evidentes, projetando, assim, de maneira ingênua a excepcional situação da própria sociedade para a história em seu conjunto". (Castoriadis, 1986: 274)

Castoriadis aponta que a democracia sempre indica uma ruptura com tradições estabelecidas, e, portanto, a tentativa de instituição de novas determinações, novas normas e novas leis. Desta forma, a indeterminação não se refere apenas ao ocupante da posição de poder, mas as dimensões societárias de discussão dos procedimentos democráticos. Essa discussão rompe com o procedimentalismo produzido pela teoria hegemônica de democracia. Jurgen Habermas foi o autor que abriu espaço para se pensar o procedimentalismo como prática social e não como método de constituição de governos. Para tanto Habermas proporá dois elementos no debate democrático contemporâneo: em primeiro lugar a pluricidade capaz de gerar uma gramática societária. Ou seja, a esfera pública é um espaço no qual indivíduos podem problematizar em público uma condição de desigualdade no âmbito privado. O princípio "D" de Habermas permite discutir as ações em público dos indivíduos excluídos de arranjos políticos através de um princípio de deliberação societária. Para Habermas (1985) "apenas são válidas aquelas normas-ações que contam com o assentimento de todos os indivíduos participantes de um discurso racional". Ao discutir um principio de deliberação amplo, Habermas recoloca no interior do debate democrático um procedimentalismo social e participativo. Esse debate é tributário da pluralidade das formas de vida existentes nas sociedades contemporâneas, pois para ser plural a política tem de contar com o assentimento desses atores em processos racionais de discussão e deliberação (Santos, 2003). Em outras palavras, o procedimentalismo democrático de Bobbio não pode ser visto como um método de autorização de governos. Ao contrário tem de ser, como afirma Joshua Cohen, uma forma de exercício coletivo do poder político com uma base pertencente a um processo livre de apresentação de razão entre iguais (Cohen, 1997: 412). Assim, a conexão entre procedimentalismo e participação reside no pluralismo e nas diferentes experiências de democracia representativa com procedimentos participativos.

Há outro elemento que, segundo Santos (2003), deve ser levado em conta ao analisar a questão das teorias não-hegemônicas de democracia. Refere-se ao papel de movimentos sociais na institucionalização da diversidade cultural. O autor construirá uma análise dessa vertente partindo de Williams (1981), que entende que cultura compreende uma dimensão de todas as instituições – econômicas, sociais e políticas -, que envolvem uma disputa sobre um conjunto de significações culturais. Os movimentos sociais estariam envolvidos em uma disputa pela ampliação do campo político. Esse campo político engendraria uma disputa pela re-significação de práticas (Alvarez, Dagnino e Escobar, 1998). A ampliação do campo político tem uma relação direta com a atuação dos movimentos sociais que, no limite, possibilitaram a transformação de práticas dominantes, o aumento da cidadania e a inserção política de atores sociais excluídos.

Na América Latina, a transformação da gramática social sofreu um impacto significativo da literatura sobre re-significação das práticas democráticas. Para Lechner nos processos de democratização

> "na América Latina, a atual revalorização dos procedimentos e instituições formais de democracia não pode apoiar-se em hábitos estabelecidos e normas reconhecidas por todos. Não se trata de restaurar normas regulativas mas de criar aquelas constitutivas da atividade política: a transição exige a elaboração de uma nova gramática". (Lechner, 1988: 32).

A democracia na América do Sul, no seu processo de reestruturação, não passou pelo desafio de limites estruturais da democracia. O que fez, na verdade, foi inserir novos atores na cena política que, no limite, instauraram uma disputa pelo significado da democracia e pela constituição de uma nova gramática social. Ao construir esta agenda de mudanças limitadas nesses marcos discutidos acima, em primeiro lugar, recolocou no debate democrático a relação entre procedimento e participação social. Ou seja, uma nova forma de relação entre Estado e sociedade, transformando o Estado em um novíssimo movimento social. Em segundo lugar, o aumento da participação social levou a um redesenho sobre a adequação da solução não participativa e burocrática ao nível local, trazendo novamente o problema da escala no interior do debate democrático. Nesse sentido o êxito das experiências participativas nos países do recém-redemocratizados do Sul está relacionado à capacidade dos atores sociais de transferirem práticas e informações do nível social para o administrativo. Castoriadis constrói uma

interpretação que diz as inovações que parecem bem-sucedidas nos países do Sul estão relacionadas à instauração de um novo *eidos*, ou seja, de uma nova determinação política fundamentada na criatividade dos atores sociais. Em terceiro lugar, surge o problema da relação entre representação e diversidade cultural e social. Nesse ponto, existe uma correlação entre o aumento do número de atores envolvidos na política com a, conseqüente, diversidade étnica e cultural dos atores sociais e os interesses envolvidos nem arranjos políticos impactadando, por fim, a credibilidade da representatividade. Em outras palavras, os grupos mais vulneráveis socialmente – setores menos favorecidos e as etnias minoritárias -, não conseguem que os seus interesses sejam representados no sistema político com a mesma facilidade dos setores predominantes economicamente ou mais prósperos.

Por estas razões, a articulação entre democracia representativa e democracia participativa (Santos, 1998) parece mais promissora na defesa dos interesses da identidade das camadas sociais subalternas.

Dentre os níveis de participação existentes e já estudados, os instituídos na cidade de Araraquara conferem aumento de desempenho e responsabilidade dos governos e das instituições democráticas?

Basicamente existem dois extremos onde a participação assume matizes diferenciadas: *a participação dirigida e a participação discutida*[4]. Entre esses dois extremos a participação pode assumir qualitativamente, os conteúdos de um simples processo de informação e, intermediariamente um processo consultivo.

O processo consultivo, por sua vez, se subdivide em três níveis, a saber: consulta facultativa, consulta obrigatória e elaboração/recomendação de propostas e medidas. A *partilha do poder* ocorre em um nível mais qualificado, diretamente relacionado com o processo de elaboração/recomendação de propostas e medidas, e que permite gradações que vão ascendentemente, da co-gestão, passando pela delegação e culminando na auto gestão (Boterf, 1982, citado por Rosa, 1989; Bordenave, 1992).

Em suma o tipo de participação chamada aqui de *dirigida* se efetiva na medida quem alguém, apriorísticamente, expõe o que é certo e errado. Por outro lado, já a

---

[4] MANTOVANELI JÚNIOR, Oklinger. *Gestão estratégica, políticas públicas e sustentabilidade: um outro olhar sobre o orçamento participativo*. Araraquara – SP: s.n. 2001.

participação do tipo *discutida* os saberes dos participantes são discutidos gerando convergências de conhecimento. Desses dois níveis apresentados podem surgir ainda variações que se consubstanciam nos processos de *informação*, decisões tomadas e os indivíduos apenas são informados sobre essas e suas ocorrências, de *consulta*, em que existe possibilidade de consulta anterior à tomada de decisão. Dentro desse processo de *consulta* evidencia-se, ainda, três outras subvariações: a consulta *facultativa*, a administração solicita, se quiser, críticas, dados e sugestões; a consulta *obrigatória*, embora a decisão final pertença a alguns, deve existir obrigações de consulta aos subordinados em dado momento; e, por fim, a *elaboração/recomendação*, os subordinados elaboram propostas e recomendam medidas. A administração aceita ou rejeita, porém deve justificar sua posição.

Por último existe um formato de participação denominada de *partilha de poder*, as decisões são diretamente compartilhadas. Este nível, por sua vez, se subdivide em outros três, a saber: a *co-gestão*, que se dá pela institucionalização da representação na direção efetiva de um arranjo institucional, por mecanismos de administração compartilhada e colegiada; a *delegação*, os administrados através de delegados, recebem alguma autonomia de atuação sem necessidade de consulta; e por fim a *auto gestão*, local em que se dá a prática coletiva de poder para decidir sobre temas distintos.

Evidentemente que em um arranjo organizacional de caráter público, algumas especifidades têm que ser levadas em conta, tais como: multiplicidade de externalidades ambientais, racionalidade de objetivos absolutamente diferentes dos mercadológicos e a sobrevivência organizacional e a satisfação dos atores não possuem caráter mercantil preponderantes, sendo melhor explicadas tanto pelo senso de identidade como pela luta pelo poder.

Para Mantovaneli Jr., 2001, "(...) os níveis de variação e intensidade participativos dos processos decisórios, tendem a se alterar conforme as peculiaridades, não apenas da natureza organizativa, mas também os arranjos institucionais, cultura e interesses em foco".

Desta forma, a participação dirigida ou discutida não podem ser examinadas enquanto alternativa melhor ou pior em si, mas desejáveis e vislumbradas enquanto escolhas que precisam ser contextualizadas. Essa contextualização, entretanto,

poderá ser considerada à luz de duas vertentes. Uma chamada de *modernizadora*, que agrega iniciativas integradas a um projeto de modernização do estado e da sociedade, na compreensão e proposta de superação daqueles traços considerados símbolos do atraso, tais como concentração de renda, dimensão dos problemas sociais, as relações e estruturas políticas marcadamente autoritárias e clientelísticas[5]. A outra vertente, se caracteriza pelo *utilitarismo*, em que a participação popular é vista como alternativa de adequar o discurso e as estruturas políticas a determinadas exigências conjunturais como a perda da capacidade de investimento do Estado, agravada no plano municipal; ressurgimento de movimentos sociais que pressionam o Estado para o atendimento às suas demandas: o desgaste da política de clientela e de campanhas eleitorais com base em promessas.

Democracia e participação na era da reprodutibilidade técnica – considerações finais

Após termos analisado as teorias democráticas e suas vertentes, faz-se necessário definirmos o conceito de "era da reprodutibilidade técnica". Esse conceito foi tomado emprestado de Walter Benjamin que tratou da relação da reprodutibilidade técnica com à obra de arte num ensaio de 1936[6]. Sabemos que a História nunca foi um relato imutável, ao contrário é um discurso inacabado e em constante reelaboração. Nesse sentido a História é uma invenção social que a partir do século XX deixa de ser um discurso que se reescreve a partir do exercício da pesquisa em bases de certa forma racionais e se converte num discurso passível da reprodutibilidade técnica. Bemjamin em sua análise da arte, enfoca a reprodutibilidade técnica como aquela que ocorre sem que seja necessária a participação do artista. Ou seja, é um processo puramente fabril, alienado, impessoal que tira de cena a tela pintada a óleo, única, e entram em cena a fotografia, os filmes, os discos, todos produzidos em série. No caso da História, o modo de produção da memória social passa longe da mão do historiador. O relato histórico,

---

[5] Esta vertente, em MANTOVANELI JR., 2001, se coadunaria com a perspectiva da sustentabilidade social de Ignacy Sachs.

[6] Walter Benjamin. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Ensaio publicado no Brasil pela Editora Brasiliense, de São Paulo, *Obras escolhidas*, em três volumes. O ensaio está no volume 1 da coleção *Magia e Técnica, Arte e Política*, 7 ed., 1994.

nesse sentido, vai se convertendo em um passatempo da platéia nos moldes de uma reprodutibilidade apartada do pensamento.

Hoje, a História se reproduz pela mesma máquina de comunicação eletrônica que está socialmente encarregada de registrar os acontecimentos imediatos promovendo o entendimento. A História se reproduz não seguindo os parâmetros da historiografia, mas segundo os parâmetros que governam o modo de produção das imagens voltadas para o consumo e para o gozo (Bucci, 2000: 207).

Essa reprodução técnica da superfície da realidade social (Adorno e Horkheimer, 1940) traduz tudo em imagem para adquirir a condição de existência. Em outras palavras, algo é considerado existente quando se torna visível e, sobretudo, pela TV. A fabricação pela TV e na TV das imagens de todas as coisas acaba se confundindo com a fabricação da própria realidade.

A opinião pública, fundamental para qualquer processo democrático, independentemente se sua vertente é representativa participativa ou não, passa a ser moldada por essa realidade ficcional criada pela reprodutibilidade técnica televisiva. A potencialização da sociedade de massas rompeu com os procedimentalismo clássico democrático e impacta significativamente a nova gramática social engendrada pela participação política nos processo decisórios governamentais. Se, de acordo com a teoria clássica hegemônica de democracia, tínhamos as opiniões adotadas pelas pessoas individualmente fruto de um processo oriundo do que Wright Mills (1962) denominou de círculos de discussões (o público), agora temos a técnica reproduzindo a realidade social. Mills aponta o seguinte caminho na construção da opinião pública, antes da invasão da técnica: o povo tem problemas; discute-os; formulam-se pontos de vistas; estes são organizados, e concorrem entre si; um vence; o povo age de acordo com esse ponto de vista, ou seus representantes os colocam em prática. Agora temos uma configuração social, sociedade de massas, que produz a realidade social de forma técnica e industrializante. O tipo de dominação predominante é o veículo formal, e os públicos se tornam apenas simples mercados de veículos, expostos que são ao conteúdo dos veículos de comunicações em massa. As verdades, as interpretações dos fatos já estão prontas. Ou dito de outra forma, existe um mercado consumidor de opiniões pré-fabricadas por uma elite no poder dominante. Essa elite no poder manifesta seus interesses através da

sedimentação de formatos interpretativos da realidade que são dispostos para a população, vista como uma massa uniforme. Constrói-se uma distância entre os membros e líderes de associações de massa. O líder tem visão de conjunto e o liderado apenas uma visão limitada. O local não entende sua conexão com o contexto do problema ou da resposta rápida fabricada na medida do problema.

Nesse contexto, em que pese as reinterpretações possíveis, a compreensão de uma nova engenharia democrática que insere uma concepção não-hegemônica de democracia, a democracia participativa, é influenciada pelo modo de produção da realidade histórica na atualidade. Em outras palavras, desenhou-se mecanismos de construção da realidade social que mesclam ficção e fatos históricos.

Nosso questionamento, por fim, reside justamente nesse ponto. Ao passo que temos um reconfiguração dos mecanismos de construção da realidade histórica-social a nova gramática social do século XXI não está conseguindo aprofundar a participação democrática efetiva dos cidadãos. Buscamos, através dessas análises, novos referenciais teóricos que dêem suporte a uma interpretação dos processos democráticos participativos em regimes representativos como o Brasil.

Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção (coleção Estado de Sítio).* São Paulo: Editora Boitempo, 2004;

- ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. *Cultures of politics, politics of cultures: revisioning Latin American social movements.* Boulder: Westview Press, 1998;

- ANDRADE, C. R. M. de. *A cidade como um corpo são e belo: o pensamento urbanístico do engenheiro Saturnino de Brito.* (IN) FERNANDES, A.; GOMES, M. A. de F. (orgs) *A cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos Séculos XIX e XIX.* Salvador: UFBA, 1992;

- ALPHANDÉRY, P.; BITOUN, P. & DUPONT, Yves. *O equívoco ecológico: riscos políticos.* São Paulo: Brasiliense, 1992.

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução de Vera Ribeiro; ver. De tradução César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

- BENHABIB, S. *Toward a deliberative model of democcratic legitimacy*. S. Benhabib (org.). *Democracy and difference.* Princeton University Press, 1996);

- BARTHES, Roland. *A câmara clara; nota sobre a fotografia.* 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984;

- BEOZZO, J. O. *O clero italiano no Brasil.* (IN) BONI, L. A. (Org.) *A presence italiana no Brasil*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. V.I.;

- BOBBIO, N. *Marxismo e Estado.* Rio de Janeiro: Graal, 1979;

- BORDENAVE, Juan E. D. *O que é participação*. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1992;

- BÓRON, A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1994;

- CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto*. São Paulo: Paz e Terra, 1986;

- COHEN, J. *Procedure and substance in deliberative democracy*. Cambridge: MIT Press, 1997;

- DAHL, R. *On democracy.* New Harven: Yale University Press, 1998;

- DAHL, R. *Um prefácio à teoria democrática.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989;

- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese.* São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999;

- DOYAL, Len & GOUGH, Ian (1994). *Teoría de las necesidades humanas.* Barcelona e Madri, ICARIA e FUHEM;

- HABERMAS, J. *The teory of communicative action.* Boston: Beacon Press, 1984;

- IANNI, Octavio. *Terias da globalização.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997;

- KELSEN, H. *Essência e valor da democracia.* São Paulo: Martins Fontes, 1929;

- LECHNER, N. *Los pátios interiores de la democracia.* México: Fondo de Cultura Econômica, 1988;

- LIJPHART, A. *Democracies. Patterns of majoritarian and consensus government in twenty-one contries.* New Haven: Yale University Press, 1984;

- LEFORT, C. *Pensando o político.* São Paulo: Paz e Terra, 1986;

- LEME, M. C. da S. *A concepção de cidade e de papel do Estado para os urbanistas paulistanos no início do século.* (IN) GOMES, M. A. A. F. (Orgs). *Velhas e novas legitimidades na reestruturação do território.* ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 4. Salvador. *Anais... Salvador*: ANPUR/FAU/MAU/UFBA, 1993;

- MANTOVANELI JÚNIOR, Oklinger. *Gestão estratégica, políticas públicas e sustentabilidade: um outro olhar sobre o orçamento participativo.* Araraquara – SP: s.n. 2001;

- MANIN, B. *The principles of representative government.* Cambridge Universty Press, 1997;

- NUN, J. *Democracia gobierno del pueblo o gobierno de los políticos?* Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2000;

- MARICATO, Ermínia. *As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias – Planejamento urbano no Brasil.* (IN) ARANTES, Otília, VAINER, Carlos; MARICATO, Hermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000;

- MINTZBERG, H. *The fall and rise of strategic planning*. Harvard Business Review. January-february, 1994;

- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888).* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002;

- SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Estúdio Nóbel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993;

- SACHS, Ignacy *Estratégias de transição para o século XXI.* In: BURSZTYN, Marcel (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável.* São Paulo: Brasiliense, 29-56, 1994;
- SACHS, Ignacy *Quo Vadis, Brasil?* In: SACHS, Ignacy, WILHEIN, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs). *Brasil – um século de transformações.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001;

- SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.* 2ª ed. – Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2003;

- SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, socialism, ande democracy*. Nova York; London: Harper & brothers, 1942;

- WEBER, M. *Ensaios de sociologia.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963;

- WILLIAMS, R. *Culture.* Glasgow: Fontana, 1981;

- SOUZA, Marcelo Lopes. *O desafio metropolitano – um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000;

- BUCCI, Eugênio & KEHL, Maria Rita. *Introdução (15-23).* (IN) BUCCI, Eugênio & KEHL, Maria Rita. *Videlogias: ensaios sobre televisão.* São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de Sítio);

- KEHL, Maria Rita. *Capítulo 1 – As voltas com o método. O espetáculo como meio de subjetivação (43-62).* (IN) BUCCI, Eugênio & KEHL, Maria Rita. *Videlogias: ensaios sobre televisão.* São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de Sítio);

- BUCCI, Eugênio. *Capítulo 2 – A violência constitutiva. Como a violência na TV alimenta a violência do real – da polícia (107-116).* (IN) BUCCI, Eugênio & KEHL, Maria Rita. *Videlogias: ensaios sobre televisão.* São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de Sítio);

- BUCCI, Eugênio. *Capítulo 5 – O espaço público no Brasil: A história na era de sua reprodutividade técnica (191-219).* (IN) BUCCI, Eugênio & KEHL, Maria Rita. *Videlogias: ensaios sobre televisão.* São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de Sítio);

- KEHL, Maria Rita. *Capítulo 3 – A realidade ficcional. Visibilidade e espetáculo (141-161).* (IN) BUCCI, Eugênio & KEHL, Maria Rita. *Videlogias: ensaios sobre televisão.* São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de Sítio);

- KEHL, Maria Rita. *Capítulo 4 – Exibicionismos. Três observações sobre os reality shows (165-173).* (IN) BUCCI, Eugênio & KEHL, Maria Rita. *Videlogias: ensaios sobre televisão.* São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de Sítio);

- KEHL, Maria Rita. *Capítulo 4 – Exibicionismos. Com que corpo eu vou?.* (IN) BUCCI, Eugênio & KEHL, Maria Rita. *Videlogias: ensaios sobre televisão.* São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de Sítio);

- MILLS, C. W. *A sociedade de massas (307-325).* (IN) FORACCHI, Marialice Mencarini & MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. São Paulo: LTC, 1977;